

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO SOBRE A CONCEPÇÃO GEOPOLÍTICA DA “ARGENTINA PENINSULAR” DE JUAN ENRIQUE GUGLIAMELLI

Marcos Antônio Fávaro Martins¹

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a influência do pensamento geopolítico brasileiro na obra do general argentino Juan Enrique Gugliamelli (1917-1983). Para tanto o artigo traz em suas linhas uma análise crítica das duas principais obras da Geopolítica do Brasil, que são o livro “Projeção continental do Brasil” (1931) de Mário Travassos (1891-1973) e o livro “Geopolítica do Brasil” (1961) de Golbery do Couto e Silva (1911-1987), em uma análise de perspectiva comparada com o principal livro de Gugliamelli, “*Geopolítica del cono Sur*” (1978). A conclusão que o artigo chega é que existe uma situação de antagonismo entre as ideias de Gugliamelli e a dos pensadores brasileiros, dada a sobreposição de áreas de interesse entre Brasil e a Argentina, como é o caso da Antártida e da Bacia do Rio da Prata. Neste contexto, o autor argentino foi formulador de um pensamento defensivo, construído em torno não só da tradição geopolítica argentina como também em torno de um esforço de desconstrução das ideias e conceitos da Geopolítica do Brasil.

Palavras-chave: Pensamento Geopolítico; Argentina; Brasil; Grande Estratégia.

RESUMEN

El presente trabajo tiene por objetivo analizar la influencia del pensamiento geopolítico brasileño en la obra del general argentino Juan Enrique Gugliamelli (1917-1983). Para eso, el artículo trae en sus líneas un análisis crítico de las dos principales obras de la Geopolítica de Brasil, que son el libro “Projeção continental do Brasil” (1931), de Mário Travassos (1891-1973), y el libro “Geopolítica do Brasil” (1961), de Golbery do Couto e Silva (1911-1987), en un análisis comparado con el principal libro de Gugliamelli, “*Geopolítica del Cono Sur*” (1978). La conclusión a la que el artículo llega es que existe una situación de antagonismo entre las ideas de Gugliamelli y las de los pensadores brasileños, dada la sobreposición de áreas de interés entre Brasil y Argentina, como es el caso de la Antártida y de la Bacia del Rio de la Plata. En este contexto, el autor argentino fue formulador de un pensamiento defensivo, construido alrededor no solamente de la tradición geopolítica argentina como también de un esfuerzo de desconstrucción de las ideas y conceptos de la Geopolítica de Brasil.

Palabras-clave: Pensamiento Geopolítico; Argentina; Brasil; Grande Estratégia.

¹ Mestre e Doutor pelo Programa de de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP); Professor de Geografia formado pelo Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente é professor dos cursos de Relações Internacionais e Ciências Econômicas da Universidade Paulista (UNIP) e é aluno do do Curso de Doutorado em Geografia Humana do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). marcosfavaros84@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é o de analisar a crítica que o general argentino Juan Enrique Guglielmelli (1917-1983) fez às concepções geopolíticas dos geopolíticos brasileiros Mário Travassos (1891-1973) e Golbery do Couto e Silva (1911-1987) durante o período da Guerra Fria (1947-1989). A partir de tal exercício, conseguiremos avaliar em que medida a Geopolítica brasileira conseguiu influenciar o pensamento geopolítico argentino para a Guerra Fria.

Guglielmelli teve suas principais ideias publicadas entre 1969 e 1983, época em que dirigiu o “*Instituto Argentino de Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales*” (INSAR) e editou a “*Revista estrategia*”, que foi uma das principais revistas de Estudos Estratégicos da Argentina do pós-guerra (DI RENZO, 2020, pp. 55-56). O principal livro de Guglielmelli é o que tem o título “*Geopolítica del cono Sur*” (1978) que é uma coletânea de artigos que o autor desenvolve sua ideia de “*Argentina Peninsular*” – que foi, sem dúvidas, a principal concepção geopolítica argentina do segundo pós-guerra.

A “*Argentina Peninsular*”, foi uma concepção geopolítica de natureza anfíbia que defendia que a Argentina deveria se tornar, via ação governamental, uma potência média tanto no Atlântico Sul como no seu entorno estratégico continental, o que incluía tanto os Andes, onde o país se avizinhava do Chile, quanto na Bacia do Rio da Prata, onde os principais atritos aconteciam com o Brasil. Assim sendo, Guglielmelli foi um grande compilador dos interesses estratégicos argentinos sintetizando grandes temas da vida política nacional, como a ocupação da Patagônia, a industrialização nacional, o aproveitamento energético da Bacia do Rio da Prata, a presença argentina na Antártida e a questão da ocupação britânica das Ilhas Malvinas.

Para cumprir com este objetivo nosso artigo será dividido em três seções: a primeira delas descreve o contexto histórico que envolvem as ideias de Guglielmelli; a segunda põe em discussão a concepção geopolítica da “*Argentina peninsular*”, procurando identificar os seus fundamentos e postulados, na terceira parte são discutidas as influências dos geopolíticos brasileiros supracitados sobre a concepção de Guglielmelli.

METODOLOGIA

O trabalho que se lê constitui uma pesquisa bibliográfica que enquadra como fonte principal o livro “*Geopolítica del cono Sur*”, de 1978, escrito por Juan Enrique Guglielmelli. Este, por sua vez é uma compilação de artigos escritos originalmente entre a década de 1960 e 1980 na “*Revista Estrategia*”, fato que foi considerado na elaboração do presente trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para enquadrar o pensamento geopolítico de Juan Enrique Guglielmelli como objeto de discussão o presente trabalho recorre à *“Teoria da Hegemônia”* de Antônio Gramsci (1891-1937) como ferramental teórico de exploração e organização das informações.

Influenciado pelas ideias de Maquiavel e Marx, Gramsci defendeu que a sociedade se organiza em torno de estruturas culturais, estruturas estas que são manipuladas e até produzidas pela classe dominante para a manutenção do *status quo*. Sendo assim, o grupo que busca dirigir uma sociedade precisa formular um conjunto de ideias que formem uma *“Concepção de mundo”* (termo também utilizado em alemão, *“Weltanschauung”*). Tais concepções são formuladas por indivíduos especiais, com alta capacidade de abstração e de comunicação social que Gramsci chamou de *“Intelectuais”* (GRAMSCI, 1984).

Um bom exemplo da teoria de Gramsci é o próprio Estado. O Estado, para garantir lealdade e o mínimo de coesão social dos seus súditos, sem as quais não é possível a integridade territorial, formula a sua própria *“Weltanschauung”*. Da mesma forma, o Estado forma os seus intelectuais e construindo um patrimônio cultural, que vai dos hinos e das flâmulas chegando até concepções particulares do idioma, da história e da geografia nacional.

Por isso, os geopolíticos, tais como Guglielmelli, Travassos e Golbery do Couto e Silva, são *intelectuais* no sentido gramsciano do termo, uma vez que eles estão envolvidos na construção de grandes concepções de caráter territorial, que apontam no sentido do desenvolvimento dos Estados, os fundos territoriais a serem ocupados, os territórios eleitos para anexação no estrangeiro. Como veremos a concepção da *“Argentina Peninsular”* parte de uma visão partidária que priorizava pelo anti-imperialismo e pela auto-suficiência industrial como também parte da percepção de Guglielmelli da crise nacional da Argentina de final dos anos de 1960, crise esta que ele acreditava ter a fórmula para superar, resgatando com isso a grandeza nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Juan Enrique Guglielmelli é considerado um dos dois maiores geopolíticos argentinos, ao lado do vice-almirante Segundo Rosa Storni. Para responder nossa pergunta de pesquisa: *“Qual é a influência de Mario Travassos e Golbery do Couto e Silva sobre o pensamento de Guglielmelli?”* é necessário esclarecer os três pontos:

I. *Primeiro ponto: o contexto político da obra de Guglielmelli*



Durante a maior parte do século XX, a Argentina e o Brasil disputaram a condição de país líder da América do Sul. Tal disputa foi vencida pelo Brasil, Estado que teve mais êxito em integrar o seu território e construir um parque industrial, garantindo com isso crescimento econômico. O crescimento econômico do Brasil da década de 1950 contrastava com os sinais de desgaste da economia Argentina, de maneira que o PIB brasileiro se tornou maior que o argentino no começo da década de 1970 (MELLO, 1996, p. 168).

Segundo Felix Luna (1974, pp. 02-03), a Argentina não conseguiu administrar os impactos da crise econômica de 1929: após perder o seu lugar na divisão internacional do trabalho como fornecedor de víveres para o Império Britânico, o país teve uma conduta ambígua em relação ao necessário processo de substituição de importações, o que levou à decadência econômica e a perda no seu papel regional para o Brasil. Nesse sentido, a obra de Guglielmelli é marcada pelo orgulho nacional, expressando o autor a consciência da decadência do poder nacional e da necessidade de sua restauração em nome da dignidade nacional.

Atrelado à decadência econômica, e seus impactos sobre o poder nacional, está o ciclo da política interna, que também teve impactos sobre a trajetória intelectual de Guglielmelli. Para Luna (1995, pp. 07-08), a decadência econômica promoveu inquietação política que levou a classe militar criar um senso de tutela do sistema político a partir de 1930, reverberando em uma sequência de golpes de Estado que desorganizaram a vida política nacional e criaram uma espiral negativa de evolução: cada golpe de Estado levava ao poder governos mais fracos que deterioravam a capacidade do Estado de promover política pública.

Essa realidade se acentuou no pós guerra, principalmente após a queda de Perón em 1956, que deixou claro a profunda rivalidade que existia entre os diferentes grupos das forças armadas. Da mesma forma, o contexto de Guerra Fria e a influência das grandes potências sobre a política doméstica de todos os Estados da época fez acirrar a dicotomia “*direita x esquerda*”, contribuindo expressivamente para a radicalização do cenário político nacional.

II. Segundo ponto: a concepção geopolítica da “Argentina peninsular”

Guglielmelli pensou na sua concepção da “Argentina peninsular” como uma complementação necessária, ao mesmo tempo que uma crítica, à concepção da “Argentina insular” de Segundo Rosa Storni (1876-1954), um oficial da marinha argentina do começo do século XX que, inspirado na teoria do Poder Marítimo de Alfred Mahan (1840-1914), pensou no desenvolvimento do poder marítimo argentino a partir do desenvolvimento da marinha mercante de bandeira própria, da colonização da Patagônia e da criação de uma indústria marítima (STORNI, 1967, p.50), notadamente a da pesca e a de construção naval.

Storni foi um representante daquilo que os historiadores chamam de “*generacion de los ochenta*” (GUGLIAMELLI, 1978, p. 18), a geração de empresários argentinos que enriqueceu com as exportações do setor agropastoril e que foi ferrenha defensora do liberalismo. Tal geração, que teve seu primeiro momento de prosperidade com a exportação de víveres para as tropas brasileiras que lutavam nos campos de batalha do Paraguai na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1970), e conseguiu seu lugar no mercado internacional como fornecedores de cereal e carne para o Império Britânico, condição muito próspera, que perdurou, como vimos até a crise de 1929.

O país passou a receber um volume muito grande de imigrantes europeus, sendo o segundo país das Américas, depois dos EUA, a receber imigrantes e passou a receber maciços investimentos de capital ferroviário inglês. O país passou a ter um dos principais sistemas ferroviários da época, que não só articulavam a “Pampa úmeda” (região produtora de carne) ao Porto de Buenos Aires, mas também integravam ao Porto de Buenos Aires as principais cidades do Paraguai que, depois da guerra de 1864, passou a ser um satélite econômico da Argentina (BANDEIRA, 1998, pp. 163-164, “a”).

Em 1879 a Argentina anexou o território da Patagônia em uma ação que ficou conhecida como “*A Campanha do Deserto*”. A Patagônia era até então território dos índios Mapuches, e um objeto de cobiça do Estado chileno, desejoso de possuir amplas costas para o Oceano Atlântico.

No começo do século XX a Argentina contava então com dois grandes rivais no continente: o Chile, cujos planos para ocupar militarmente a Patagônia duraram até aproximadamente 1930 (BANDEIRA, 2003, pp. 139-140) e o Brasil, com quem possuía uma rivalidade ancestral herdada ainda das rivalidades entre Portugal e Espanha (MELLO, 1996, p. 25).

Como resultante deste conjunto de rivalidades a Argentina era obrigada a desenvolver o seu poder militar. É preciso observar que, esses dois eixos de tensão (o eixo “Argentina-Chile” e “Argentina-Brasil”) poderiam desestabilizar praticamente toda América do Sul, na medida que Brasil e Chile se dispuseram a organizar uma aliança contra a Argentina e que Estados Inimigos do Chile (como a Bolívia e o Peru) pudessem ser aliados da Argentina contra o Estado Andino.

Esse potencial de malignidade que as relações internacionais do Cone Sul possuía, no começo do século XX, foi analisado e descrito por Moniz Bandeira da seguinte forma:

A América do Sul era como um tabuleiro de xadrez, em que não podia se movimentar qualquer peça contra outra, sem o risco de sofrer um ataque pela retaguarda, dada a cobertura com que todos os países contavam. A Argentina sempre temera que o Brasil a atacasse por causa das Missões, caso ela se



envolvesse em guerra com o Chile. O Chile também evitava o confronto com a Argentina, porquanto o Peru e a Bolívia poderiam intervir, a fim de tentarem a retomada de Tacna e Arica. E o Peru, por sua vez, receava que o Brasil o acometesse, através da Amazônia, aproveitando-se de qualquer outro conflito que se desencadeasse com o Chile. Em tais circunstâncias, portanto, os entendimentos entre Brasil e Argentina acarretariam, naturalmente, profundas mudanças no equilíbrio geopolítico do Cone Sul, com imensa desvantagem para o Chile. (BANDEIRA, 2003, p.56)

Neste contexto de instabilidade, muito valor se deu pelos três principais Estados envolvidos (ou seja, pela Argentina, Brasil e Chile) para o desenvolvimento de suas respectivas Marinhas de Guerra. É um tema de nossa história de atuação internacional bastante recorrente a corrida armamentista do Cone Sul durante as duas primeiras décadas do século XX, que implicavam no endividamento dos três Estados para a obtenção de armamento moderno, bem como a atuação desestabilizadora das grandes potências que vendiam não apenas os armamentos, mas também emprestavam dinheiro para que as nações da América do Sul pudessem se armar uma contra as outras (BANDEIRA, 2003, pp. 97-98; BÓVEDA, 2011, p. 221).

As Marinhas de Guerra passaram a ser instituições de grande influência na política doméstica nos países do Cone Sul, e as compras governamentais para o seu reequipamento eram as principais despesas do orçamento público, sendo que as marinhas da Argentina, do Brasil e do Chile compravam o que existia de mais moderno em termos de projetos navais. Nesse contexto a Argentina passou a ter a uma das dez maiores marinhas de guerra do mundo (LACOSTE, 2002, s/p).

Neste contexto de grande importância e prestígio político, a “*Armada de la Republica Argentina*” (ARA) passou a ter um projeto nacional próprio e a atuar politicamente no contexto nacional. Segundo Alberto Círia a ARA, passou a ter influência política, atuando como um grupo de pressão no país em defesa dos interesses ingleses (CIRIA, 1975, p.284). O intelectual que vai teorizar e organizar o projeto nacional argentino vai ser o capitão (posterior-mente vice-almirante) Segundo Rosa Storni (1876-1954).

Em duas palestras, proferidas no salão de atos públicos do jornal “*La Prensa*” Storni expôs a sua concepção da “*Argentina insular*”. As duas palestras, realizadas respectivamente nos dias 08 e 12 de junho de 1916 tiveram como título “*Razón de ser de los Intereses Marítimos Argentinos. Factores que facilitan u obstaculizan el desarrollo del poder naval de la nación*” e “*Política Naval Argentina – Problemas de la Defensa Nacional por el lado del Mar*” e foram posteriormente organizadas e publicadas em forma de livro com o título “*Intereses argentinos en el mar*”. O livro é considerado um símbolo do pensamento geopolítico nacional e teve novas edições em 1952, 1967 e 2009.

Segundo os postulados de Alfred Mahan (2007, p.98), segundo o qual um Estado só se torna uma potência por meio do domínio do mar e que existem condicionantes naturais e sociais para uma nação desenvolver seu “Sea Power” (Poder marítimo), “*Intereses argentinos en el mar*” é uma análise das condições argentinas para se tornar uma potência no Atlântico-Sul ao mesmo tempo que uma defesa de um projeto marítimo de longo prazo para o país.

Herdeiro do liberalismo do século XIX, Storni via no fato do país depender das comunicações marítimas para manter suas exportações o embrião de seu projeto marítimo. Seu projeto condenava o expansionismo territorial e apresentava a Argentina como uma nação territorialmente satisfeita, sendo que a única projeção cabível para o país seria a projeção marítima. Contudo, o autor não via com benevolência os vizinhos sul-americanos e entendia que os verdadeiros parceiros comerciais do país seriam os europeus, notadamente o império inglês. Nesse sentido chegou a afirmar “¿*Qué tenemos a nuestro alrededor? El mar, o países con los cuales nos conviene hermanar esfuerzos, pero de los cuales poco podremos recibir. Así, señores, puede afirmarse que la Argentina lo espera todo por la vía marítima*” (STORNI, 1967, p. 29).

Os estreitos laços comerciais que o país possuía na época com Império Britânico, a influência que a *Royal Navy* possuía sobre a ARA e as vinculações que o próprio Storni admitia ter com o liberalismo de século XIX, faria este acreditar na benevolência do Império Britânico em relação à sua ocupação histórica do arquipélago de Falklands/Malvinas, chegando o próprio Storni a afirmar que as ilhas seriam devolvidas pacificamente (STORNI, 1967, pp.43-44).

O pensamento storniano se centra na colonização da Patagônia, que deveria ser feita fazendo uso dos rios navegáveis da região e da navegação de cabotagem, sendo o autor completamente avesso à construção de ferrovias, por entender que estes recursos, além de caros, obstruía o desenvolvimento do poder marítimo nacional. Escreveu o autor que:

A los que claman por un camino, un ferrocarril o un puente – allá tierra adentro – es necesario mostrarles que ese camino, ese ferrocarril, ese puente no son otra cosa que una corta etapa de la inmensa red de vías que viene uniéndose sucesivamente, hasta converger a la gran vía común, que es el mar. El conjunto semeja al sistema circulatorio de los seres organizados superiores; producida una herida parcial, se rompen las arteriolas y aun los vasos secundarios: la herida pronto se cierra y los tejidos se reponen y, si es necesario, la marcha de la sangre tiende a restablecerse por caminos cercanos, pero cortada la gran aorta y toda la vida del ser se interrumpe de un golpe. (STORNI, 1967, pp. 69-70).

Os planos de ocupação do interior previam a instalação de capitais portuárias na foz de cada rio patagônico, que fosse navegável, e a missão da ARA seria defender cada uma dessas



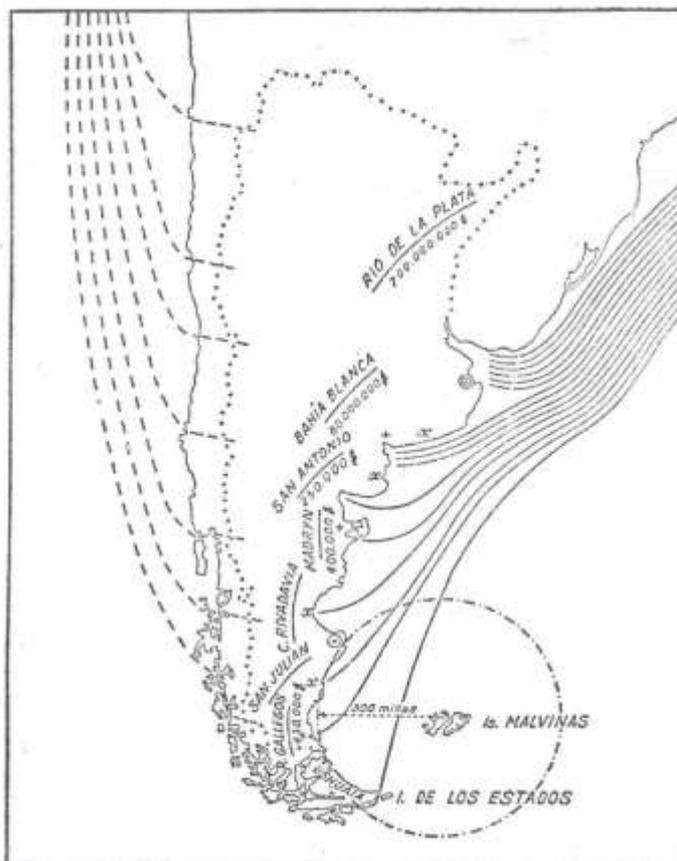
capitais que teriam a sua importância estratégica aumentada no sentido setentrional, pelo fato das bacias hidrográficas aumentarem de tamanho conforme se ruma da Terra do Fogo até a Bacia do Rio da Prata, a mais importante de todas as bacias hidrográficas do território nacional, não só por ser a maior delas, mas também é a bacia onde está assentada a capital federal (*Mapa 01*).

Entendendo a ameaça que representava uma potencial aliança entre o Chile e o Brasil, aliança esta que poderia obstruir o acesso argentino tanto às Linhas de Comunicação Marítimas (LCMs) da passagem do Atlântico-Sul para o Pacífico-Sul por meio da ação naval chilena; ou obstruir a principal LCM, aquela que vinculava Buenos Aires à Europa, e que passava pelas costas brasileiras e estaria a mercê das ações da frota de guerra do Brasil (*Mapa 01*). Diante deste quadro, Storni propôs a adoção do conceito britânico do “*Two Powers Standard*” que estabelecia que o número de navios de guerra argentinos deveria superar a soma do número de navios chilenos e Brasileiros².

Em muito movido pelo contexto de rivalidades e pela corrida Armamentista o pensamento storninano afasta a Argentina de seu contexto sul-americano e raramente fala de cooperação com os países vizinhos. Contribui para essa mentalidade também o liberalismo, visto na Argentina das primeiras décadas de formação nacional quase como um símbolo pátrio e pelo europeísmo, muito comum à elite argentina do período.

É importante e até inevitável falar do pensamento marítimo de Storni antes de tratarmos propriamente das ideias de Guglielmelli. Isso acontece por que Guglielmelli se põe como um contraponto ao pensamento Storniano.

² O conceito original do *Two Powers Standard* foi desenvolvido pelo almirantado britânico na transição do século XIX para o século XX e defendia que a *Royal Navy* deveria ter o número de navios de guerra equivalente à soma do número de navios de guerra da marinha francesa e da marinha alemã juntos. Obviamente que essa era uma meta difícil de ser atingida. A *Royal Navy* nunca conseguiu atingir este objetivo, que só serviu para acirrar a corrida armamentista na Europa do pré-primeira guerra mundial.



Mapa 01 – A concepção da “Argentina Insular”

A primeira concepção geopolítica da Argentina foi a concepção da “Argentina Insular” do vice-almirante Segundo Rosa Storni, em 1916. Storni abriu mão das pretensões continentais nacionais, em muito ligadas aos interesses do país na Bacia do Rio da Prata paara pensar em uma potência marítima “pura”. Para o autor, as bacias hidrográficas do território nacional (discriminadas no mapa) seria a base para o planejamento de sua ocupação, dentro de uma realidade que dispensava as ferrovias em prol da navegação de cabotagens. Notar também que que o autor deu destaque para a posição das LCMs em relação à posição do Brasil e do Chile.

Fonte: STORNI, Segundo Rosa. **Intereses argentinos en el mar**.3ed. Buenos Aires: instituto de publicaciones navales, 1967, p.35

A mudança de contexto político e econômico é fundamental para a formação da mentalidade de Guglielmelli, uma vez que o liberalismo perdeu muito de sua força com a crise de 1929, e o fato das exportações de carne para o império britânico terem definhado com essa crise fez aumentar o nacionalismo econômico nas fileiras da política argentina. Em idos da década de 1960, quando o autor escreve os seus principais artigos, o nacionalismo econômico correspondia à base doutrinária do *Partido Justicialista* (o partido de Peron) e da *União Cívica Radical Intransigente* (UCRI) que foi á força política que Guglielmelli se filiou, sendo que as suas ideias tem muita adêrencia com as próprias ideias da UCRI, baseadas na substituição de importações e na oposição ferrenha ao imperialismo (LUNA, 1974, pp. 108-109).

A Argentina Peninsular de Guglielmelli segue esse ideal de substituição de importações, que deveria ser a mola mestra para a ocupação de fundos territoriais da Patagônia e da

recuperação da influência política e econômica que o país perdeu para o Brasil em países menores como a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai.

Na capa do livro *“Geopolítica del cono Sur”*, estão destacados como zona de interesse da Argentina esses Estados platinos menores, que no final do período colonial teriam feito parte, junto com a Argentina, do *“Vice-reinado do Rio da Prata”*, que foi fundado pelos espanhóis em 1776 para conter o expansionismo português sobre territórios espanhóis e que teve uma existência efêmera, se balcanizando no ano de 1810 com a Revolução de Buenos Aires, que levaria ao fim o domínio espanhol na região austral do continente.

Apesar de ter existido apenas por um período de 34 anos, O Vice-reinado do Rio da Prata se tornou um símbolo do nacionalismo territorial argentino (ESCUDE, 2008, p.03) cultuado por várias alas da elite política argentina, o que ia das fileiras da União Cívica Radical, até os diversos grupos fascistas da década de 1930. O nacionalismo territorial era uma tendência tão difundida que nas primeiras décadas do século XX inspirou o geopolítico espanhol Carlos Badia Malagrida (1890-1937), a escrever o seu *“El factor geográfico en la política sudamericana”*, de 1919, livro em que o Espanhol defende a restauração da estrutura territorial do Vice Reinado do Rio da Prata, dentro de um arranjo federativo e tendo como liderança a Elite Política de Buenos Aires (MALAGRIDA, 1946, p.91)³.

Seja pela criação de novos arranjos federativos, seja pela influência direta ou pela pressão militar direta, os teóricos do nacionalismo territorial argentino, que tiveram como pioneiro Vicente Quesada (1830-1913), tiveram grande influência na primeira metade do século XX, de maneira que Guglielmelli pode ser considerado um teórico desta tendência, mas em um segundo momento – momento este marcado por pessimismo e pela consciência que o Brasil passara a ser o Estado dominante na Bacia do rio Da Prata a partir do começo da década de 1960.

O nacionalismo territorial, segundo Carlos Escudé (2008, pp. 03-04), foi a força intelectual que fomentou a rivalidade entre Brasil e Argentina, na Bacia do Rio da Prata e a Rivalidade entre Argentina e Chile no extremo sul do continente, rivalidade está que quase floresceu em forma de conflito armado em 1978, na crise do Canal de Beagle. Não obstante, foi esta mesma doutrina territorial que orientou as ações armadas do Estado Argentino, seja em 1869, para a anexação da Patagônia, seja na ocupação das Malvinas, em abril de 1982 o que resultou no conflito armado com Grã-bretanha. O *mapa 02* (próxima página) ilustra o montante de

³ O livro em questão é um estudo panorâmico da América Latina que propõe a incorporação dos pequenos Estados latino-americanos dentro de acordos federativos regionais, cujo mais próspero seria a *“Federación del Prata”*, que coincidia com o projeto territorial dos nacionalistas argentinos. Malagrida considerava imperativa a organização política do mundo hispânico, junto com a própria Espanha, dentro daquilo que ele chamou de *“supernacion hispano-americana”* ou *“España Grande”* (MALAGRIDA, 1946, p.22).



reivindicações territoriais argentinas, nele podemos observar como o nacionalismo territorial, entendido como o impulso para a reconstituição da estrutura territorial do vice-reinado do Rio da Prata é um conceito organizador, em torno do qual foram promovidos os conflitos territoriais argentinos.

A expressão “*Argentina peninsular*” cunhada por Guglielmelli é uma das herdeiras do nacionalismo territorial. Ela carrega a crítica implícita à Storni por ter ignorado as questões referentes ao interior do continente, notadamente às questões referentes a Bacia do Rio da Prata, Cenário onde o Estado Argentino precisava recuperar a sua esfera de influência. Por ser “*peninsular*” a Argentina pensada por Guglielmelli teria raízes profundas cravadas no continente, raízes estas que o país não poderia esquecer.

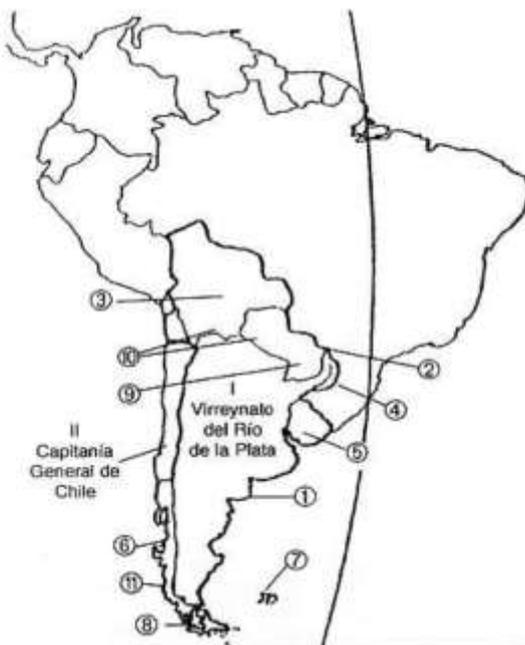
A ideia de “*Argentina peninsular*” está também diretamente ligada às convicções industrialistas de Guglielmelli. Isso, por que a Argentina sofria com a carência de minerais estratégicos, notadamente o ferro, mineral este que existia em grande quantidade no altiplano boliviano. Para que o projeto industrialista florescesse era necessário estender os domínios nacionais até o altiplano boliviano, em territórios que outrora pertenciam ao Vice-reinado do Rio da Prata.

“*Geopolítica del cono Sur*”, é um trabalho pleno de denúncias sobre a infiltração em território patagônico de exploradores chilenos e britânicos, que passam para o leitor uma consciência de usurpação do território nacional.

Uma segunda diferença que Guglielmelli possui em relação à Storni em assuntos marítimos é que a concepção peninsular do general radical enquadra um setor triangular do continente antártico como território argentino – para o leitor leigo, isso sugere uma omissão de Storni em relação à Antártida. Contudo, isso não é uma falha de Storni que Guglielmelli tenta consertar. Quando Storni escreveu o seu livro, em 1916, a presença argentina na Antártida era relativamente recente – datava do ano de 1904 – sendo que, nos anos que se seguiram, a aquisição de território antártico se tornou quase uma obsessão argentina, sendo famosa a expedição de 1940, que resultou em um mapa da Antártida Argentina (COLACRAI, 2005, p. 38), mapa este que Guglielmelli teve condições incorporar em sua concepção (*Mapa 03*).

Por ser “*Peninsular*”, a Argentina pensada por Guglielmelli precisava também ser marítima. E neste ponto o autor concorda com o seu predecessor, Segundo Rosa Storni: a posse da Marinha de Guerra, da Marinha Mercante e a autonomia em assuntos marítimos seria uma das bases do poder nacional. Porém, diferente de Storni, Guglielmelli não é benevolente à presença

Britânica no arquipélago das Malvinas, e denuncia esta como uma usurpação imperialista. Isso demonstra que o nacionalismo territorial argentino – que Storni negou – é a força motriz das ideias de Guglielmelli.



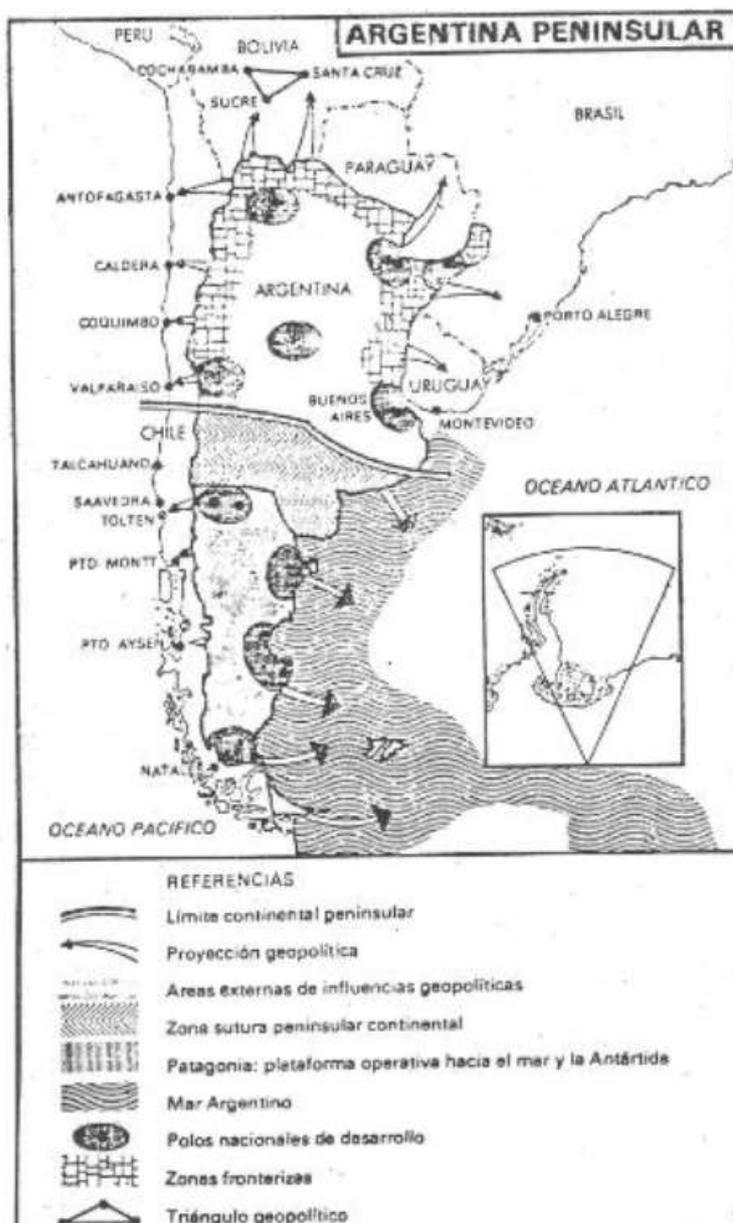
Mapa 02 – reivindicações territoriais argentinas ao longo da história

Com a Balcanização do Vice-reinado do Rio da Prata, os grupos nacionalistas argentinos passaram a considerar o país herdeiro do patrimônio territorial dessa última organização administrativa espanhola. Notar que o grande número de reivindicações inclui a região de Missões (Número 4) e o arquipélago das Malvinas (Número 7). Uma das poucas campanhas bem sucedidas de recuperação de perdas territoriais foi a conquista da Patagônia, em 1869, indicada no mapa com o número 1.

Fonte: ESCUDÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés. **Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas**

(versão digital). In: Portal de História, Relaciones internacionales y estudios judaicos (2000).

Fonte digital: <http://www.argentina-rree.com/home_nueva.htm> Acesso:30/07/2015



Mapa 03 – Concepção geopolítica da “Argentina Peeninsular”

Entre as décadas de 1960 e 1970, Juan Enrique Guglielmelli formulou a concepção da “Argentina Peninsular”, basicamente uma “fusão” da ideia storniana de uma “Argentina insular” com o conceito continental herdado do nacionalismo territorial argentino que concebe a ideia de uma “Grande Argentina” herdeira dos territórios do Vice-reinado do Rio da Prata.

Fonte: GUGLIALMELLI, Juan Enrique. **Geopolítica del Cone Sul**. Buenos Aires: Editora El Cid, 1978, p.269.

As ideias de Storni são criticadas por Guglielmelli, pelo seu conteúdo liberal e pelo fato do autor praticamente esquecer os objetivos continentais da política externa Argentina. Nesse intuito, o autor não nega as pretensões stornianas, de transformar o Atlântico Sul em uma área de interesse imediato argentina; mas, além disso, ele retoma como objetivo prioritário as aspirações territoriais de caráter continentais que miravam para a Bacia do Rio da Prata.

Interpretadas em seu extremo, tais ideias apontavam para o expansionismo territorial como horizonte histórico, significava que por meios pacíficos ou beligerantes a Argentina deveria anexar Estados inteiros, como o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia. Significava também que a Argentina deveria reincorporar as Ilhas Malvinas, o território de *missiones* do Brasil e setores inteiros do Chile.

Como já foi dito, Guglielmelli não pretende refutar as ideias de Storni, antes disso, defende a preponderância argentina no Atlântico-Sul, mas amplia as pretensões de Storni: a Argentina deveria ser hegemônica sobre os arquipelágos do Atlântico-Sul e sobre territórios antárticos reivindicados pelo país desde a década de 1940.

III. *Terceiro ponto: a influência do pensamento geopolítico brasileiro*

Além da obra de Storni, Guglielmelli foi leitor dos principais nomes da Geopolítica brasileira, e deles foi crítico. Estamos falando, como já anunciamos no início do presente trabalho, das obras de Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva.

O livro *“Geopolítica del cono Sur”* visita a obra de Travassos no capítulo *“Argentina frente al Operativo Misiones”*, onde ele trata da *“Política espacial del Brasil”* (GUGLIALMELLI, 1978, p.137), atribuindo a Mário Travassos a matriz intelectual desta política. No começo da década de 1970, Guglielmelli estava muito preocupado com as grandes obras do Estado Brasileiro que teriam insidência direta sobre o território argentino. Tais obras eram a construção da usina binacional de Itaipu, a construção do Porto de Rio Grande e o envio de uma expedição científica para a Antártida (GUGLIALMELLI, 1978, p.137). O autor não tinha dúvidas que aquelas obras faziam parte da política de poder do Brasil, e que tal política objetivava a obstrução da política platina portenha. Sobre as ações do Brasil na Bacia do Rio da Prata, Guglielmelli assim escreveu:

Resulta un lugar común reiterar que las élites gobernantes del Brasil, tanto en la época colonial como durante el Imperio y la República, concedieron al espacio geográfico un lugar prioritario entre los factores de poder, al punto que el impulso de avanzar desde el litoral hacia sus fronteras y proyectarse a



tráves de ellas en las naciones limítrofes constituyo una de las constantes más destacadas de su política. A los fines perseguidos por este artículo resulta sumamente ilustrativo recordar la tesis del teniente coronel brasileño Mario Travassos. Ya que ella orientó la estrategia espacial brasileña, particularmente en vías de comunicaciones, com Paraguai y Bolívia a partir de 1930 (GUGLIAMELLI, 1978, p.137).

Mas, quais eram as ideias de Mário Travassos? Quando Travassos escreveu “*Projeção continental do Brasil*” a “*Balança de poder na bacia do Rio da Prata*” (MELLO, 1996, pp. 29-30) pendia favoravelmente para o lado Argentino. O país havia recebido imensa quantidade de investimentos britânicos, principalmente em capital ferroviário, o que havia permitido ao país reforçar suas capacidades logísticas e usar ela como instrumento de poder nacional. O plano ferroviário argentino era disposto em forma de leque e se estendia para além das fronteiras nacionais, chegando até as cidades do Uruguai e, principalmente do Paraguai, o que dava acesso militar facilitado para Argentina a esses países. Não obstante, o Uruguai e o Paraguai se tornavam satélites geopolíticos da Argentina, pois recebiam investimentos dos empresários do setor agropecuário.

No caso do Paraguai, a situação era ainda mais crítica. Com o final da Guerra da Tríplice Aliança, o país estava devastado, sua população masculina havia sido exterminada e o Estado estava endividado. Para honrar com a dívida de guerra, as autoridades de Assunção organizaram um amplo programa de privatizações em que as terras públicas foram vendidas. Os compradores foram os estancieiros argentinos que fizeram das terras paraguaias uma extensão de seu patrimônio agropastoril da Argentina (BANDEIRA, 1998, pp. 163-164, “a”).

Nesse sentido, a influência argentina acompanhava as linhas de seu sistema ferroviário e tendia a transbordar para a Bolívia, dado o acordo que ficou conhecido como “*Convenção Carrillo-Gutierrez*”, um documento que estabelecia a ampliação do sistema ferroviário argentino para o território boliviano, articulando a cidade fronteiriça de Yacuiba com a cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra, o que daria acesso aos bolivianos ao porto de Buenos Aires e consumaria a satelitização da Bolívia pela Argentina.

Tal acordo, firmado em 1922, foi visto como um *casus belli*, pelo auto comando do Exército Brasileiro, que via na política argentina uma iniciativa para a reconstituição da estrutura territorial do Vice-reinado do Rio da Prata (BANDEIRA, 1998, p. 188, “a”).

O diplomata argentino Horácio Carrillo (1887-1955) que organizou o acordo com a Bolívia não foi um simples operador do Estado argentino, mas um verdadeiro entusiasta e defensor do sistema ferroviário argentino, como também foi um defensor da unificação dos Estados platinos e, portanto, um porta voz do nacionalismo territorial.

Carrillo, era filiado a UCR e foi deputado pela sua província natal, a província de Jujuy, uma das mais pobres e setentrionais da Argentina. Suas ideias geopolíticas estão expressas nos livros “*El ferrocarril al oriente boliviano. Algunos antecedentes. Laconvención. Notas personales*” (1922) e “*Los limites con Bolivia*” (1925). Carrillo voltou a negociar com os bolivianos em consequência do fim da Guerra do Chaco (1932-1935), e a ferrovia prevista na convenção de 1922 ficou pronta no ano de 1941.

Em muito, o livro de Travassos é uma resposta à convenção Carrillo-Gutierrez, documento que inclusive é citado no capítulo quinto de “*A projeção continental do Brasil*” (TRAVASSOS, 1947, p. 102). Sobre a sequência de acontecimentos que levaram a assinatura da convenção, Travassos escreveu no prefácio da edição de 1947 de seu livro que:

Contemporaneamente, a magnífica expansão do Estado Argentino, que cada vez mais consolida a irradiação incomparável de sua influência, à sombra de uma mesma língua, de uma mesma religião e da continuidade territorial que inspiraram os antigos vice-reinados – é mais que um exemplo, porque é verdadeira lição. O Estado Argentino, com o acionamento das comunicações platinas, exprime a mais perfeita compreensão do seu destino geopolítico – em face dos antagonismos em redor e no quadro da massa continental – principalmente porque, entre as formas de expansão, se decidiu pelo fomento das comunicações terrestres. A expansão política por meio das comunicações marítimas levaria o Estado Argentino à luta imediata com o Estado Brasileiro, por isso que o litoral sul do Brasil é que definiria os pontos das forças expansionistas. A expansão terrestre afastou essa possibilidade, ao mesmo tempo em que, por linhas interiores, se manifesta sob a forma altamente simpática de solidariedade continental (TRAVASSOS, 1947, pp. 19-20)

O livro de Travassos é um manifesto contra essa realidade. Para o autor, o território brasileiro é muito melhor situado que o argentino frente as forças geográficas essenciais da América do Sul, que o autor chamou de “*Antagonismos Geográficos*” (TRAVASSOS, 1947, p. 41) que seria, basicamente, de duas naturezas:

- *O antagonismo entre as costas do Oceano Pacífico e do Oceano Atlântico:* para Travassos os países que possuíam costas para o Oceano Atlântico teriam mais vantagens comerciais do que aqueles com costas para o Oceano Pacífico. Isso acontece por que o Oceano Atlântico tinha rotas comerciais muito mais frequentadas, e era um caminho mais curto para a Europa. Além disso as Costas do Oceano Pacífico eram tomadas por montanhas cristalinas, o que dificultava as instalações de portos e cidades. Neste caso os Estados com costas para o Oceano Pacífico se interessariam em ter um acesso ao Oceano Atlântico;

• *Antagonismo entre a Bacia do Amazonas e a Bacia do Rio da Prata:* Este antagonismo colocaria em rota de colisão os interesses entre o Brasil e a Argentina. Ambas as bacias hidrográficas teriam um grande potencial de exploração como hidrovias e, ambas tem os seus cursos d'água que nascem no planalto boliviano e vascularizam o continente a partir do seu interior até o oceano Atlântico. Contudo, a Bacia do Rio da Prata era melhor ocupada por atividade econômica; a vantagem da Bacia do Amazonas seria ter a sua foz mais bem cituada frente aos grandes feixes de comunicação marítima que flaqueavam as costas ocidentais da América do Sul rumo à Europa;

Com base nesta avaliação sobre as características continentais da América do Sul e da posição que os territórios do Brasil e da Argentina neste contexto de fluxos, Travassos concebeu o plano de ação para neutralizar os efeitos estratégicos do sistema ferroviário argentino: este possuía a vulnerabilidade de ter um único ponto de escoamento que é o porto de Buenos Aires. Na medida que o Brasil usasse o seu amplo litoral para implantar vários portos e construísse estradas até as principais cidades do *hinterland* continental a influência da Argentina iria ser anulada no Paraguai, na Bolívia e quiçá no Uruguai.

Esse foi o conceito de “*Brasil Longitudinal*” que repercutiria em um vasto programa de implantação de infraestrutura pelo Estado brasileiro, que não foi de todo concluído e possui problemas latentes, como a escassez de ferrovias, mas que fez o Estado brasileiro tirar melhor proveito econômico de seu território e trouxe para a esfera de influência brasileira os Estados que anteriormente eram satelitizados pela Argentina.

Guglielmelli viu nas grandes obras de infraestrutura brasileira, principalmente na construção da usina de Itaipu a materialização das ideias de Travassos. De fato, a partir da segunda metade da década de 1960, as cidades do Paraguai e da Bolívia preferiam escoar sua produção pelo complexo portuário brasileiro, o que era também estimulado pela política de cais franco do Brasil (*Mapa 04*).

Guglielmelli chamou de “*Operativo misiones*” o fato das províncias do norte da Argentina estarem sendo atraídas para o porto brasileiro de Rio Grande, e entendeu como imperativas um conjunto de ações argentinas para desenvolver a região de Misiones, na fronteira com o Brasil, notadamente os departamentos de Santo Tomé e Ituzaingó (GUGLIALMELLI, 1978, p. 140).



Mapa 04 – Percepção de Guglielmelli dos objetivos estratégicos do Brasil

Guglielmelli percebeu na política de poder brasileira para o continente a influência de Mário Travassos. Com efeito, o mapa exposto por Guglielmelli em seu “Geopolítica del Cono Sur” resume as grandes linhas da concepção do plano viatorial de Travassos e a sua projeção para a América do Sul.

Fonte: GUGLIALMELLI, Juan Enrique. **Geopolítica del Cone Sul**. Buenos Aires: Editora El Cid, 1978, p. 143.

Ainda cabe dizer que a Região de Missões foi uma região de intensa disputa territorial entre Brasil e Argentina. A Argentina, por entender que a região se estendia pelo sul do Estado brasileiro de Santa Catarina, e que ela era território espanhol do Vice-reinado do Rio da Prata, reivindicava tal território, o que aconteceu em vários momentos da história, chegando quase ao conflito armado no ano de 1908 (BANDEIRA, 2003, pp. 83-84).

Um segundo intelectual que o geopolítico argentino se tornou leitor foi Golbery do Couto e Silva. Golbery é um autor de segundo pós guerra e seus textos foram escritos na década de 1950, enquanto realizava seus estudos na Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira, para serem publicados nas décadas subsequentes. Disso duas considerações devem ser feitas. A primeira delas diz respeito ao contexto que Golbery escreveu: a transição da década de 1940 para 1950 representam os anos mais instáveis da Guerra Fria (1947-1989), e o autor foi também



muíto influenciado pela sua experiência como combatente na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Também deve ser dito que, diferente de Travassos, que escreveu sua obra entre a década de 1920 e 1930, Golbery é um autor mais recente, e por isso contemporâneo de Guglielmelli. É importante considerar isso por que Guglielmelli vai ser uma testemunha da materialização das ideias de Travassos, ao mesmo tempo que vai ser um crítico intelectual das ideias de Golbery, ideias estas que a Guerra Fria não durou o suficiente para conhecermos o desfecho.

A primeira coisa que devemos considerar sobre Golbery do Couto e Silva, enquanto autor (e também como político) é que ele se posiciona sem nenhuma ambiguidade como defensor da causa ocidental na Guerra Fria. Sua postura pró-EUA é o ponto de partida de suas ideias de maneira que podemos situar ele como um dos formuladores da *Doutrina de Segurança Nacional* no Brasil. Essa postura, por si só, já torna Golbery um antagonista de Guglielmelli, que se indentifica muito mais com o não alinhamento e anti-imperialismo.

O pensamento Geopolítico de Golbery parte de uma cartografia específica, uma projeção azimutal desenhada por João Soukup (COUTO E SILVA, 1981, p.76) com o centro entre as cidades de São Paulo. Nesta projeção, as Américas formam uma espécie de eixo, junto com a Antártida e a Austrália, eixo este que separa a Oceania – ou seja, um hemisfério insular – do Atlântico, África e Eurásia . Ou seja, um planisfério nacionalista, onde o Brasil é representado no centro do mundo, e onde Golbery traçou o que ele chamou de “*Hemiciclos*”, ou seja, uma regionalização do mundo feita com base nas distâncias que os centros de poder do mundo tinham do Brasil (*Mapa 05*).

Seriam dois, os hemiciclos: o primeiro, com um raio de dez mil quilômetros, enquadravam toda América do Sul, boa parte da América do Norte e as costas atlânticas da África e da Antártida. O segundo hemiciclo, com um raio de quinze mil quilômetros, enquadraria a Eurásia e suas extremidades, que seria a “linha de frente” da confrontação bipolar.

Tal mapa colocaria em evidência a importância do território brasileiro, principalmente o nordeste brasileiro, para o domínio militar do Atlântico Sul. Em seguida, ainda usando a mesma projeção de Soukup, Golbery identifica que os três continentes, a América do Sul, a África e a Antártida, formam um Triângulo estratégico (ver mapa) que serviria como uma retaguarda para os EUA, caso a URSS conseguisse se estabelecer no continente africano ou na Antartida. Dessa maneira Golbery propõe uma aliança militar similar a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), ou a OTASE (Organização do tratado do Sudeste Asiático) no



Atlântico Sul, organização esta que o Brasil deveria ser o líder regional, não apenas por ter o melhor território, mas também por ter o regime político mais estável frente outros concorrentes, como a Argentina, dominada pelo peronismo, ou a África do Sul, dominada pelo *Apartheid* (PENNA FILHO, 2008, p. 299).

Ainda que a Guerra Fria tenha se encerrado de maneira inusitada com a queda do Muro de Berlim, em 1989 e a extinção pacífica da URSS em 1991, podemos dizer que as ideias de Golbery tiveram alcance parcial uma vez que a URSS chegou a se projetar no Atlântico Sul com a independência da África Portuguesa na década de 1970 e sua adesão ao socialismo. Nessa época a África do Sul chegou a propor a criação da OTAS (Organização do tratado do Atlântico Sul), ideia que não foi bem aceita pelo ocidente dado o radicalismo do regime do *Apartheid*, e em palestra no Brasil no final da década de 1970, o então vice-presidente da CIA, o geopolítico Ray Cline (1918-1996) chegou uma aliança militar no Atlântico Sul que service como “*Uma nova liga ateniense*” (CLINE, 1980, pp. 70-71).

Também deve ser citado, em favor da teorização de Golbery, a sua influência sobre a professora Therezinha de Castro, que propôs a “*Teoria da Defrontação*” (CASTRO, 1976), que serviu de subsídio para a diplomacia brasileira na conquista do setor brasileiro do continente antártico.

Guglielmelli, foi um crítico fervoroso das ideias de Golbery e, “*Geopolítica del Cono Sur*” tem um capítulo inteiro dedicado à desconstrução das ideias do brasileiro. Tal capítulo, foi intitulado “*Golbery do Couto e Silva, el “destino manifiesto” brasileño y el Atlántico Sur*” (GUGLIALMELLI, 1978, p. 201).

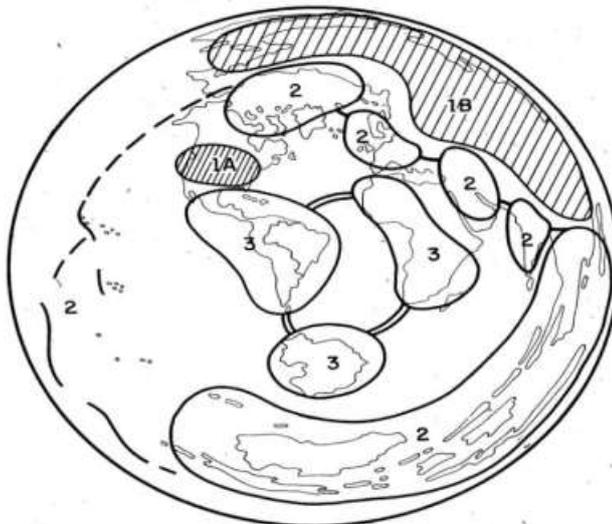
Para Guglielmelli, Golbery é primeiramente tendencioso, por que super estima a importância do Atlântico Sul e do Brasil para a Guerra Fria. Quando faz isso, Golbery quer por o Brasil em uma guerra que não é dele. Da mesma forma que Golbery quando menospreza a Argentina, acaba por conspirar contra a possibilidade de uma parceria contra a dominação que os países subdesenvolvidos sofrem. Guglielmelli, ainda defende que a análise de Golbery é, do ponto de vista militar, uma análise defasada. Defende que o autor brasileiro foi muito influenciado pela doutrina militar da Segunda Guerra Mundial, sendo que a introdução de novas tecnologias mudaria toda a lógica espaço-temporal da guerra, de maneira que uma aliança militar no Atlântico Sul pouca importância teria em caso de uma terceira conflagração mundial.



A AMÉRICA DO SUL E OS HEMICICLOS
INTERIOR E EXTERIOR



CENTROS DE PODER
Áreas esplanadas e áreas interiores



Mapa 05 – Concepção hemisférica de Golbery do Couto e Silva

Planisfério azimutal usado por Golbery para a sua concepção geopolítica. Na representação superior, temos os “Hemiciclos”, na inferior, temos em destaque a importância do “Triângulo estratégico” América do Sul – África – Antártica para estratégia ocidental de contenção da URSS (assinalada com “1B”).

Fonte: SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional o poder Executivo & Geopolítica do Brasil.** 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, pp. 81 e 86.

Guglielmelli também critica a visão de Golbery por perceber a política mundial como um fenômeno predominantemente atlântico, dando pouca atenção para os Estados da bacia do Pacífico. Guglielmelli tem seu trabalho voltado para a questão das rivalidades entre o seu país e os Estado vizinhos, porém acredita na parceria dos países subdesenvolvidos e na possibilidade de cooperação com o Brasil. Mais tarde, já final de sua vida, ele vai escrever sobre a potencialidade do desenvolvimento de uma parceria entre Brasil e Argentina para a energia nuclear, parceria esta que serviria de vetor para uma aliança mais profunda entre os dois países. Mas isso é o tema para outro trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os geopolíticos brasileiros influenciaram Guglielmelli no sentido de estimularem nele um senso de *imperativo estratégico*. Apesar de enquadrar o Chile e o Reino Unido como rivais que a Argentina tem ao sul, ele dedica maior espaço do seu trabalho às relações entre Argentina e Brasil. Isso acontece, ao nosso ver, por dois motivos: o primeiro motivo, que foi o tema do nosso trabalho, se refere ao fato do Brasil possuir, já na década de 1960, um pensamento geopolítico amadurecido para as suas grandes questões estratégicas, em especial para sua política platina, onde a Argentina figurava como a principal opositora do Brasil.

Em segundo lugar, apesar de conceber o Brasil como um rival da Argentina, Guglielmelli percebe o aspecto dual desse setor das relações exteriores de seu país, entendendo que o Brasil tem o potencial de se converter em um parceiro estratégico argentino, o que o autor discute no capítulo “*Argentina - Brasil, enfrentamiento o alianza para la liberación*” (GUGLIALMELLI, 1978, p. 171), e volta a escrever sobre essa possibilidade nos últimos momentos de sua vida. Esse aspecto do pensamento de Guglielmelli, nós pretendemos explorar em um próximo trabalho.

Assim, como leitor dos interesses nacionais argentinos, Guglielmelli é um expoente das rivalidades internacionais que afluíam no Cone Sul em sua época. Sua crítica à grande estratégia do Brasil é tão voraz como a sua crítica a presença britânica nas ilhas Malvinas. E, nesse sentido, a literatura geopolítica brasileira contribuiu como fonte de inspiração para que o geopolítico argentino diagnosticasse a situação de cerco ao território nacional e construísse a sua concepção geopolítica.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. A Guerra do Chaco. **Revista brasileira de política internacional**. v.41,

BANDEIRA, Moniz. **O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança.** 3ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, (“b”).

BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América Do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870 - 2003).** 2 ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2003

BÓVEDA, Jorge. Diplomacia de acorazados: 1904-1915 – La política naval argentina, rehén de los E.E.U.U. **Boletín del Centro Naval**, Buena Aires, n.831, pp.207- 222, 2011.

CARRILLO, Horacio. **El ferrocarril al oriente boliviano. Algunos antecedentes. La convención. Notas personales.** Buenos Aires: Imprensa y casa editora Coni, 1922.

CARRILLO, Horacio. **Los limites con Bolivia.** Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos de L. J. Rosso y Cia, 1925.

CASTRO, Therezinha. **Rumo à Antártica.** Rio de Janeiro: Freitas e Bastos, 1976.

CIRIA, Alberto. **Partidos y poder em la Argentina Moderna (1930-1946).** 3 ed. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1975.

CLINE, Ray. Avaliação do poder mundial. **A defesa nacional – Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros.** Rio de Janeiro, v.67, n. 688, pp. 59 – 71, 1980.

COLACRAI, Miryam. **El Ártico y la Antártida em las relaciones internacionales.** 2 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

DI RENZO, Cristián Andrés. Geopolítica, desarrollo económico y política exterior: Juan Enrique Gugliamelli y su proyecto de nación en la Revista Estrategia, 1969-1983. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistência, n. 38, pp. 51 – 72, 2020.

ESCUDE, Carlos. **Apuntes sobre los orígenes del nacionalismo territorial argentino.** Buenos Aires: Documento de trabalho n. 388, Universidad del Cema (UCEMA), dezembro de 2008.

ESCUDE, Carlos; CISNEROS, Andrés. **Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas** (versão digital). In: Portal de História, Relaciones internacionales y estudios judaicos (2000).

Fonte digital: <http://www.argentina-rree.com/home_nueva.htm> Acesso:30/07/2015.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** (5ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GUGLIAMELLI, Juan Enrique. **Geopolítica del Cone Sul.** Buenos Aires: Editora El Cid, 1978.

LACOSTE, Pablo. Argentina, Chile y los Pactos de Mayo (1902). **Revista diplomacia**, Santiago de Chile, n.89, sp, 2002.

LUNA, Félix. **Argentina: de Perón a Lanusse, 1943-1973**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

LUNA, Félix. **Golpes militares y salidas electorales**. 2 ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.

MAHAN, Alfred Tayer. **Influencia del poder naval en la historia**. Madri: Ministerio de defensa, 2007.

MELLO, Leonel Itaussu. **Argentina e Brasil – A balança de poder no Cone Sul**. São Paulo: Annablume, 1996.

PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a África do Sul : o arco atlântico da política externa brasileira (1918-2000)**. Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional o poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

STORNI, Segundo Rosa. **Intereses argentinos en el mar**. 3ed. Buenos Aires: instituto de publicaciones navales, 1967.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 1947.